

MAGALHÃES BARATA NA LITERATURA: O “INTERVENTOR” NAS OBRAS DE BRUNO DE MENEZES E RAIMUNDO HOLANDA GUIMARÃES

José Victor Neto (UERJ)¹

Resumo: O presente trabalho tem por objeto o estudo das representações literárias do Interventor da Revolução de 1930 no Pará, o Major Magalhães Barata, nos romances *Candunga* (1954) de Bruno de Menezes, e *Chibé* (1964) de Raimundo Holanda Guimarães. Em tais obras a imagem multifacetada de Magalhães Barata varia de um governante carismático, “pai dos pobres”; passando a um gestor ingênuo e influenciável; e até mesmo a um tirano insensível, cruel e violento. Pretende-se perceber como cada autor representa literariamente o Major Magalhães Barata, e até que ponto tais representações entram em conflito ou reproduzem as imagens do Interventor cristalizadas na historiografia ou mitificadas no imaginário popular.

Palavras-chave: Magalhães Barata, *Chibé*, *Candunga*, Revolução de 1930.

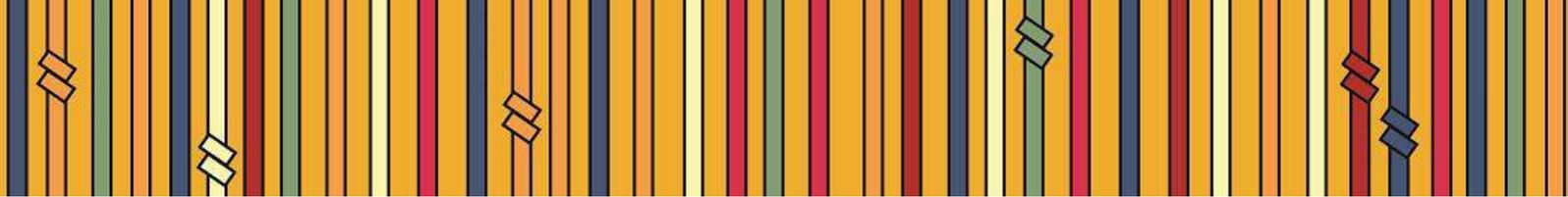
Ao abordar os romances *Candunga*, de Bruno de Menezes, e *Chibé*, de Holanda Guimarães, são perceptíveis os muitos e significativos pontos de contato entre os mesmos, o que fora tema de trabalho anterior de minha autoria², no qual estes foram analisados de forma panorâmica. Entretanto, o enfoque específico sobre as representações de Magalhães Barata em tais romances, não tratado anteriormente, abre possibilidades para novos olhares e abordagens dos mesmos.

Os romances em estudo neste trabalho apresentam uma releitura ficcional de um recorte da história do Pará, a década de trinta, e retratam a “Revolução”, bem como o Interventor Magalhães Barata de uma forma bastante peculiar. Embora não seja o protagonista de nenhum dos dois romances, figurando de forma secundária em ambos, o Major Barata talvez seja o único personagem histórico amplamente conhecido presente nas duas obras, o que despertou meu interesse para essa pesquisa. Magalhães Barata é apresentado nos dois romances pela ótica das personagens ficcionais de vários extratos sociais, a partir de seus anseios e esperanças, bem como de seus receios e frustrações acerca do Interventor, o que pode ser percebido pela forma ambígua e multifacetada como o mesmo é retratado.

Ao observarmos as representações de Magalhães Barata nos já aludidos romances focalizando suas multifaces e mesmo ambiguidades, surgem-nos algumas perguntas: até que ponto tais representações entram em conflito ou reproduzem as imagens do

¹ Professor EBTT de Língua Portuguesa (IFPA), Mestre em Estudos Literários (UFPA), Doutorando em Literatura Comparada (UERJ). Contato: zevictor042@yahoo.com.br.

² Texto intitulado *Candunga, de Bruno de Menezes, e Chibé, de Raimundo Holanda Guimarães: aproximações e distanciamentos*, o qual se encontra nos Anais do XIV Encontro da Abralic – 2014.

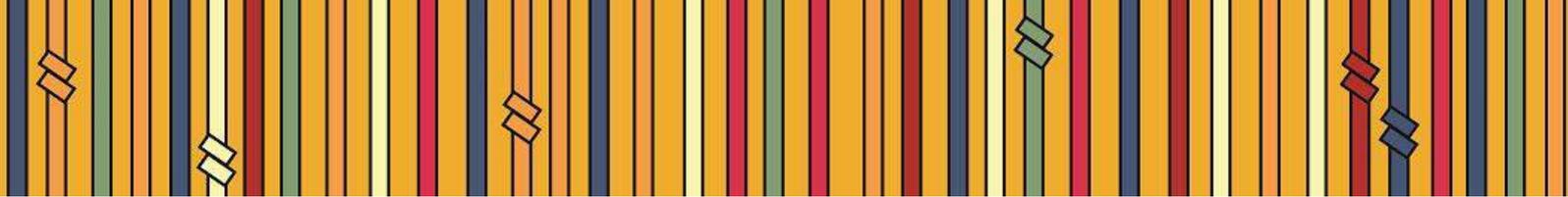


Interventor cristalizadas na historiografia ou mitificadas no imaginário popular? Para tentar responder a tais indagações, serão abordados aspectos referentes à historiografia envolvendo o Interventor, bem como à representação populista de Barata no imaginário das camadas subalternas da população, o que se convencionou chamar de “baratismo”. Espera-se com esse trabalho fornecer sutis contribuições para os estudos acerca da prosa ficcional paraense, bem como refletir sobre a elaboração e ressignificação ficcional de personagens e acontecimentos que marcaram a história do Pará.

Dos autores e obras

Para a abordagem das obras em estudo nesse trabalho, faz-se necessária uma rápida visada de aspectos gerais acerca dos autores e seus respectivos romances, de modo a compreender os lugares de enunciação ocupados por cada um, bem como suas posições em relação ao contexto histórico por eles representado e ressignificado através da ficção. É provável que Bruno de Menezes, dentre os dois autores, seja o mais conhecido. Poeta, romancista, folclorista, sindicalista e agitador cultural, Bento Bruno de Menezes Costa (1893-1963) foi um intelectual bastante influente no cenário literário e cultural paraense. Sendo conhecido principalmente por sua obra poética, com destaque para o livro *Batuque* (1931), “a prosa de Bruno de Menezes é quase totalmente negligenciada pela crítica, havendo poucos trabalhos a seu respeito, pois, via de regra, é a poesia o alvo central dos pesquisadores” (MAUÉS, 2014, p.93). Seus trabalhos em prosa ficcional compreendem a novela *Maria Dagmar* (1950) e o romance *Candunga* (1954), o qual “expõe a lida de nordestinos vindos do Ceará para tentar uma vida nova, longe das agruras da seca, e aqui foram tão explorados quanto lá, seja pelo ambiente desconhecido, seja pelos maiores das localidades” (MAUÉS, 2014, p.95). O romance *Candunga*, de acordo com Wanzeler:

(...) foi escrito em 1939, mas sua primeira publicação editada foi em 1954. A obra é fruto das observações de Bruno de Menezes quando este fora funcionário da Secretaria de Agricultura do estado do Pará. A ida de Bruno a diversas localidades com o intuito de monitorar o seu povoamento o fez entrar em contato com pessoas diversas, de culturas variadas e de diferentes classes sociais. O referido romance faz referência à migração nordestina para a zona bragantina, localizada no nordeste paraense, durante o povoamento ao longo da Estrada de



Ferro de Bragança, que unia os municípios de Belém e Bragança (2010, p.2).

Já o escritor, juiz de direito e jornalista castanhalense, Raimundo Holanda Guimarães (1935-2004), bem menos conhecido, teve talvez uma trajetória um tanto mais conflituosa enquanto intelectual inquieto que muito cedo demonstrou ser. Já aos dezessete anos, fundou o primeiro jornal da cidade de Castanhal, denominado *A Gazeta de Castanhal*. Na década de 1950 ingressou no maior jornal do estado, a *Folha do Norte*, sob a chefia do também polêmico jornalista Paulo Maranhão, acompanhando de perto a rivalidade deste com o então líder político Magalhães Barata, Interventor nomeado ao governo do estado por Getúlio Vargas após a Revolução de 1930, o qual ainda se perpetuava na política local como uma figura de destaque. Holanda Guimarães formou-se em direito na década de 1980, e se tornou juiz, época em que abandona o trabalho como jornalista, embora tenha mantido constante contribuição na imprensa, sobretudo para o *Jornal Liberal* (nome que recebeu a *Folha do Norte* após sua venda para Rômulo Maiorana, em 1973), até a década de 1990. Também fundou em 2004 um periódico chamado *Novo Jornal*, marcado pelo jornalismo investigativo e de denúncia. Suas obras compreendem o romance *Chibé* (1964), a prosa memorialista *Cidade Perdida (Saga de tarimbeiro)* (1999), e *A cor da saudade* (2004), sendo este último livro uma coletânea de crônicas originalmente publicadas nos jornais *Folha Vespertina* (entre 1961 e 1968), *O Liberal* (entre 1973 e 1995), e *Novo Jornal* (em 2004).

O romance *Chibé*, de modo semelhante ao *Candunga* de Bruno de Menezes, se passa também na década de trinta, em um vilarejo da Zona Bragantina do Pará (mais precisamente na Vila do Apeú, pertencente ao município de Castanhal), então povoada por caboclos e migrantes nordestinos. Publicado em 1964, o mesmo constitui uma obra de cunho satírico, que esteve, desde o momento de sua publicação, envolvida em muitas polêmicas. O romance em questão é um excelente exemplar de *roman à clef*, gênero em que o romancista expõe as intimidades e a hipocrisia de pessoas reais através de personagens ficcionais, substituindo-se os nomes verdadeiros por pseudônimos. Por seu tom crítico, mordaz e, sobretudo, pelo pouco distanciamento histórico entre o momento de lançamento da obra e o período retratado, a publicação do *Chibé* trouxe sérios problemas para o autor, levando o mesmo a ser jurado de morte, e sua obra a ser apreendida, devido às perseguições por parte das elites nele retratadas.

A Revolução de 1930

A chamada Revolução de 1930 foi, na verdade, um golpe de estado instaurado pelos tenentes do exército e algumas camadas da população civil urbana, como reação ao forte descontentamento com a chamada Política do Café com Leite, durante a qual políticos de São Paulo e Minas Gerais se alternavam no poder através de fraudes eleitorais perpetradas pelas oligarquias rurais que dominavam o país. Contribuiu para tal clima de descontentamento a Grande Depressão de 1929, nos Estados Unidos, que teve impacto direto na economia brasileira, predominantemente agroexportadora. O grande descontentamento com a eleição de Júlio Prestes a partir de flagrantes fraudes eleitorais teria ainda como agravante o assassinato do ex-candidato a vice de Getúlio Vargas, João Pessoa, por um membro do grupo político que apoiava o presidente Washington Luís, o que causou grande comoção popular e acabou se tornando o estopim da revolução armada. Segundo D'Araújo: “Os primeiros combates se realizaram com os ataques dos revolucionários às unidades militares de Porto Alegre, com a tomada do 7º Batalhão de Caçadores e a prisão do comandante da Região, sediada na capital gaúcha” (2016, p.14).

O avanço da revolução armada a partir do Rio Grande do Sul e Minas Gerais para vários estados do Brasil eliminou qualquer possibilidade de resistência por parte de Washington Luís, o qual se viu obrigado a renunciar. Vargas foi empossado como presidente provisório, e “baixou um decreto que dava aos governantes revolucionários o poder nos âmbitos estaduais e dos municípios, podendo exercer não somente as ações executivas, mas também a autoridade legislativa” (D'ARAÚJO, 2016, p.16). Era o início do Governo Provisório, o qual nomeou os interventores para todos os estados brasileiros, sendo Magalhães Barata o escolhido para o governo do Pará.

Magalhães Barata

Joaquim de Magalhães Cardoso Barata (1888 - 1959) foi provavelmente a figura mais expressiva da história política do estado do Pará. Militar de formação, o Major Barata esteve envolvido em diversos levantes revoltosos vinculados aos movimentos tenentistas, até chegar ao poder, quando “foi indicado para interventoria pelos aliados

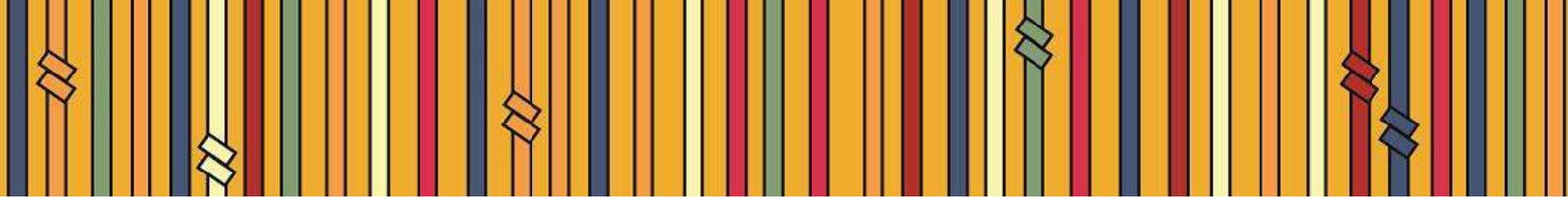


civis e militares em 1930, que junto com ele planejaram o Movimento de 1930 no Pará” (FONTES, 2013, p.132).

Magalhães Barata foi governador do Pará por três vezes, duas das quais como interventor (1930-1935 e 1943-1945) e uma como candidato eleito (1956-1959), entrando assim para a história como o maior líder político do estado do Pará. Entretanto, nos interessa principalmente período de sua primeira interventoria (1930 a 1935), por ser o que corresponde ao recorte histórico retratado nos romances em estudo. Durante esse período Barata instaurou um governo “revolucionário” com clara promoção de sua imagem pessoal, através de diversas viagens pelo estado, travando contato direto com o povo do interior e das periferias, além de se tornar famoso por adotar medidas como “concessão de audiência pública para o povo de Belém, por estabelecer o rebaixamento dos aluguéis, por expropriar os terrenos dos Lobos e dos Guimarães, e pela criação dos clubes de resistência e das concentrações populares” (FONTES, 2013, p.145). O fenômeno surgido a partir das táticas nitidamente populistas adotadas por Barata ficou conhecido como “baratismo”, acerca do qual nos fala Oliveira:

Como parte de sua política de massas, investiu diretamente na constituição de um complexo midiático, englobando a radiodifusão e o cinema educativo e de propaganda. O resultado disso tudo, grosso modo, foi a construção e massificação de sua figura no imaginário de várias gerações de moradores da capital, mas, destacadamente, nos municípios interioranos da Amazônia paraense. Os usos políticos desse imaginário em torno de sua imagem pessoal instituída seria a maneira como compreendo o fenômeno do “baratismo” que perdurou na política local até, pelo menos, meados dos anos 80, na administração do seu último “herdeiro” político: Hélio da Mota Gueiros (OLIVEIRA, 2016, p.7).

Entretanto, Magalhães Barata estava longe de ser uma unanimidade, sendo duramente atacado pelas oligarquias e por políticos adversários. Abel Chermont “considerava o major Barata um criminoso capaz de planejar crimes monstruosos e o acusa de querer acabar com o Partido Liberal ao criar os centros de concentrações Magalhães Barata” (FONTES, 2013, p.143). O jornalista opositor Paulo Maranhão “teve seu jornal fechado várias vezes, sofreu atentados a seu jornal, foi alvo de tiroteios feitos por partidários de Antônio Lemos e de Magalhães Barata e foi impedido de voltar ao Pará em vários momentos durante o governo do Interventor Magalhães Barata”



(FONTES, 2013, p.147). Barata angariava para si, simultaneamente, a imagem de “pai dos pobres”, amado pelo povo, e de déspota insensível, esmagando seus inimigos.

Magalhães Barata nos romances

O Interventor Magalhães Barata surge inicialmente, nas duas obras analisadas, como uma espécie de *deus ex máquina*, intervindo em favor de personagens que haviam sofrido injustiças ou reveses por conta de embates com os poderosos locais. É o caso de Romário, personagem de *Candunga*, agrônomo de origem humilde, que é designado pelo governo estadual para fiscalizar a produção agrícola da vila. Após organizar os colonos em uma cooperativa, desarticulando sistema exploratório de aviamento mantido pelos comerciantes mandatários da vila, João Portuga, Salomão Abdala, e Minervino Piauí, Romário acaba por sofrer represálias, que culminam num assalto à bala ao barracão dos cereais e numa emboscada perpetrados a mando destes. Ao resistir à emboscada, confrontando os algozes à bala, Romário remete uma carta ao Interventor relatando os fatos e pedindo providências, ao que é imediatamente atendido. Aqui presenciamos a representação de Magalhães Barata como um justo e enérgico defensor do povo menos favorecido contra o jugo dos poderosos, representados pelas oligarquias:

O interventor tomou do invólucro, que continham (*sic*) o processo, com fisionomia tempestuosa. E depois de uma leitura apressada, passou a papelada ao oficial do seu gabinete, ordenando-lhe, como se falasse a um soldado:

- Responda que aprovo tudo! Também as providências tomadas! Dou meu apoio! Remeta ao chefe de polícia, para mandar dez praças embaladas, num expresso, buscar esses patifes!

Batendo com os punhos cerrados na mesa dos despachos, determina:

- Quero a abertura de um inquérito policial rigoroso! – e mais enraivecido: - Ah, esses galegos, esses “coronéis” da roça, só mesmo todos na cadeia! Pensam que a revolução foi feita para isso, mas se enganam!

Romário enchera as medidas do Interventor. Estudara o temperamento impulsivo do militar, e contava com essa “força” na hora conveniente. Por isso mesmo, tendo apurado a gravidade dos fatos, decide proceder de maneira imperativa, muito ao feitio do governante (MENEZES, 1954, p.79).

Semelhante situação ocorre no romance *Chibé*, a partir das desavenças entre o maquinista de trem Zé Nascimento, um civil de origem humilde, partidário da revolução

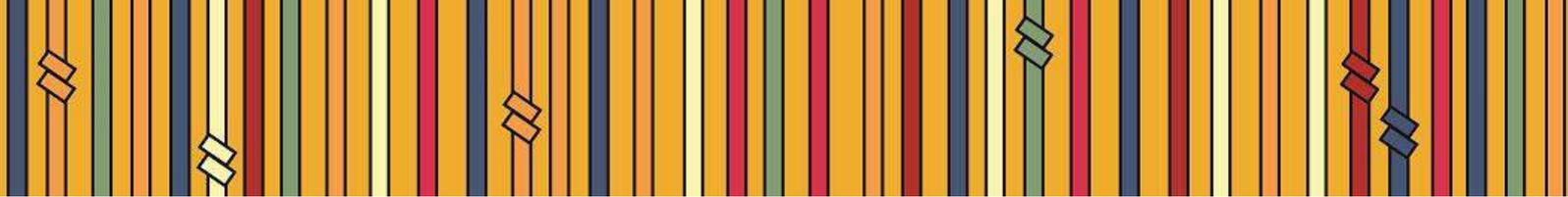


ainda em curso; e seu inimigo direto, padre Emílio, forte e influente opositor aos revolucionários. Embora Zé Nascimento mantenha uma relação cordial com as elites econômicas locais, função essa representada pela “família Fonseca”, trava severos embates ideológicos com o padre Emílio, o qual usa todo o seu poder de oratória para detratar os “revolucionários”. Após insuflar os caboclos da vila do Apeú a apoiarem a revolução, e travar discussões acaloradas com padre Emílio, Zé Nascimento acaba sendo denunciado pelo clérigo que, utilizando-se de sua influência no meio político, faz com que o maquinista seja preso, acusado de “subversão à ordem estabelecida” (p.60/61). Após o triunfo da “Revolução”, Zé Nascimento é solto por ordem do próprio Magalhães Barata, passando o maquinista a gozar de prestígio junto ao Interventor. Novamente, prevalece aqui a imagem do Major Barata como governante justo e enérgico, defensor do povo contra a opressão das elites:

Com a vitória da revolução, seu Zé Nascimento não ficou mal com os colonos: cada vez mais o prestígio cresce. O Interventor, com aquela energia, protegendo a pobreza, prendendo galegos na capital, a torto e a direito, adquire fama por todos os lados. Quando êle fêz sua primeira viagem pela Estrada, seu Zé Nascimento foi escolhido maquinista do expresso. Sabendo da escala, tratou de juntar os caboclos, na recepção, encomendou discurso ao tabelião com versos molhados nas águas do seu "glorioso Apeú". (...)

Seu Zé Nascimento foi sendo escalado para outras viagens do Interventor (GUIMARÃES, 1964, p. 63-64).

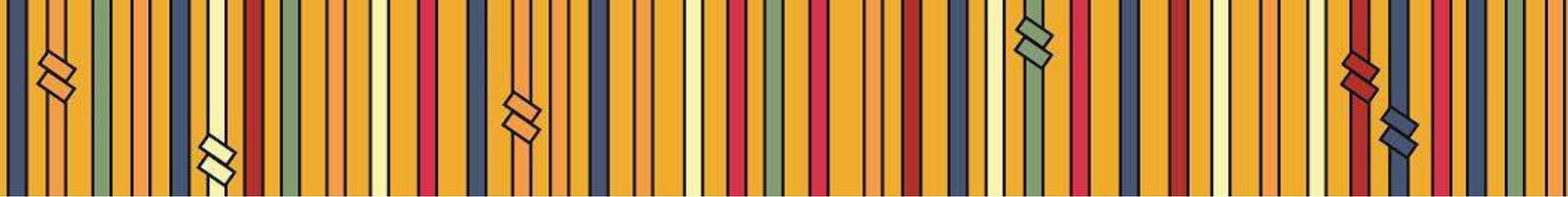
A imagem de defensor dos pobres, justo e enérgico do Interventor finda por ser reforçada pela aversão às elites atribuída a Magalhães Barata, nitidamente presente nos trechos aludidos das duas obras. Em *Candunga*, os “coronéis da roça” João Portuga e Minervino Piauú são presos a mando do Interventor, em anuência ao pedido de Romário. É interessante perceber que tal aversão adquire, por vezes, laivos de xenofobia, sobretudo pelo fato de tais elites serem muitas vezes representadas pelos portugueses, aos quais a personagem do Major faz referência através da alcunha de “galegos”. É o caso de João Portuga, cujo nome já indica por si sua origem; e da família Fonseca que, vinda de Trás-os-Montes, estabelece um próspero comércio na Vila de Apeú, promovendo ali, também, o sistema exploratório de aviamento. Tais assertivas podem ser aferidas nos trechos já citados: “Ah, esses galegos, esses “coronéis” da roça, só mesmo todos na cadeia! Pensam que a *revolução* foi feita para isso, mas se enganam!”



(MENEZES, 1954, p.79); e também: “O Interventor, com aquela energia, protegendo a pobreza, prendendo galegos na capital, a torto e a direito, adquire fama por todos os lados” (GUIMARÃES, 1964, p. 64). Há ainda uma passagem no romance *Chibé* em que a portuguesa Belmira, matriarca da família Fonseca, entra em desavença com o tabelião, que se nega a assentar o casamento de sua filha Diva em seu cartório por conta do comportamento promíscuo desta. Diante da negativa do tabelião, a galega recorre à autoridade do Interventor, o qual se nega a ajudá-la por simpatia ao notário, bem como devido à origem portuguesa de Belmira: “A portuguesa correu até para o Interventor. Este não deu resultado: tem galegos em má conta e não vai intimar quem tantos elogios lhe faz quando discursa na vila, à sua passagem” (GUIMARÃES, 1964, p. 72).

Um aspecto interessante que parece permear as representações do Interventor nas obras aludidas diz respeito ao “baratismo” enquanto fenômeno decorrente da política empreendida pelo Major Barata. O Interventor criou os famosos “clubes de resistência” ou mesmo “concentrações populares Magalhães Barata”, que segundo Fontes, “eram forças auxiliares do interventor. Ele abriu filiais em toda Belém e em março de 35 tinha uma guarda de 300 jovens para defesa pessoal do interventor” (2013, p.147). No romance *Chibé* há uma possível alusão às concentrações populares, quando Zé Nascimento promove uma campanha de apoio a Barata junto aos caboclos: “Seu Zé Nascimento fez abaixo-assinado ao Interventor. Todo mundo virou baratista; desde que se acabou a ditadura, o major Barata nunca perdeu pleito por causa de apeuense” (GUIMARÃES, 1964, p. 22). No que tange ao culto à imagem de Magalhães Barata, é possível perceber que aos indivíduos das camadas subalternas da população, antes indistintos, é dada uma espécie de voz e individualidade provisórias para enaltecer a figura de Magalhães Barata. É o que ocorre *Candunga*, no trecho reproduzido abaixo:

- Olhe acolá, comadre Noca, seu João Portuga e seu Minervino, como estão mudados!
 - É mesmo, comadre... E os outros, quem são?!...
 - Disque gente graúda... Comerciantes, “coronéis”... Comeram xadrez que não foi sôpa...
 - Hum, Hum, comadre Noca... Êsse interventor é mesmo o cão... Hôme duro de roê... Safado, gente ruim, com êle é na cadeia... Êle tem lá suas razões, comadre.
- Era a língua solta do povo, tirando desforra da situação, agora favorável, contra os poderosos destronados (MENEZES, 1954, p. 102).



É possível perceber no romance de Bruno de Menezes certa simpatia à figura de Magalhães Barata. É importante frisar que *Candunga* foi escrito em 1939, ou seja, quatro anos depois do fim da primeira interventoria, e que mesmo no ano de publicação do romance, 1954, Magalhães Barata ainda estava vivo e politicamente ativo, sendo o candidato a governador eleito no pleito de 1956. É provável que a proximidade com a Revolução de 1930, época impregnada pelo “baratismo”, tenha insinuado em Bruno de Menezes laivos sutis dessa aura de esperança e euforia em relação ao Major Barata. Também é de se supor que o autor reconhecesse a necessidade de manter boas relações no campo político, a julgar pela dedicatória do livro, feita “aos prefeitos das unidades municipais da zona bragantina”, todos citados nominalmente.

Nesse momento é relevante também mencionar a forma como a imagem do líder político Magalhães Barata, que em ambas as obras é inicialmente representado positivamente, vai cambiando para uma imagem negativa, que põe em evidência tanto sua incúria, quanto sua violência e despotismo. Em *Candunga*, a imagem do Interventor como “pai dos pobres”, defensor dos oprimidos contra os desmandos das elites, é cambiada de forma mais atenuada, mesclada à pecha de incauto e influenciável, sugerindo mais ingenuidade do que propriamente vileza, o que soa como uma possível atenuante do caráter de Barata por parte do narrador. No contexto da libertação dos “coronéis da roça” da prisão, Barata acaba por ser ludibriado por um bajulador, incumbido desta tarefa pelo suborno pago por João Portuga:

Sabido que todo homem tem seu ponto moral vulnerável, seja êle o de opiniões mais sisudas, no círculo de partidários do interventor contava-se elementos com a lenta infiltração da gota d’água...

Eram os comensais, os amigos do peito, os bajuladores, os “revolucionários” de última hora, os que com habilidade controlavam os atos do governante. Os que faziam e desfaziam o ambiente das amizades palacianas. Os que aviltravam se havia interesse político, ou não, nos favores que a interventoria poderia conceder. Daí o dinheiro de João Portuga fazer o milagre de ser conseguida a sua liberdade, a de Minervino Piauí e a de mais alguns “coronéis”, que poderiam dispor de mais alguns eleitores, na ocasião precisa e fazer boas contribuições para o Partido, no futuro.

Ao se oferecer ocasião propícia, um dos íntimos do interventor, pessoa de destaque, de sua integral confiança, encaminha a conversa para o caso dos detentos que estavam em São José, vindos da Estrada de Ferro.



O astucioso político manobra habilmente o assunto, contando com a inexperiência e a boa fé latentes no revolucionário (MENEZES, 1954, p.99/100).

A pecha de ingênuo poderia constituir uma provável referência à suposta traição sofrida pelo Interventor durante o pleito para governador de 1935, quando sua eleição, dada como certa, lhe foi tirada das mãos por uma manobra política. Os deputados do Partido Liberal, liderados por Barata, eram maioria, e naturalmente o elegeriam governador na Constituinte, marcada para quatro de abril daquele ano. Entretanto, insatisfeitos com supostas pressões por parte do Interventor, às vésperas da eleição sete deles se aliaram à Frente Única Paraense, liderada por Paulo Maranhão, apoiando o candidato Mário Chermont ao governo. Barata, em represália, impediu a entrada dos deputados opositores na Assembleia usando forças policiais, os quais, devido ao tumulto instaurado, se refugiaram no quartel-general da 8ª Região Militar. O Major convocou suplentes, abriu votação e se sagrou eleito, o que foi contestado pelos opositores, que interpuseram recurso ao TRE, convocando-se nova reunião para o dia seguinte. Ao se dirigirem à Assembleia no dia cinco de abril, houve novo tumulto, e confrontos à bala deixaram dois populares mortos e muitos feridos. Os deputados refugiaram-se novamente no quartel-general da 8ª Região Militar. Com vistas a resolver a situação, Getúlio Vargas interveio na questão, nomeando o Major Roberto Carneiro de Mendonça como novo Interventor.

Em *Chibé*, a imagem de Magalhães Barata é nitidamente cambiada quando ocorre a mudança de um momento de esperança inicial ligado à figura paternalista do Interventor, para um momento posterior de desilusão do povo em relação à “revolução”, assumindo o Major a imagem de um tirano autoritário, devido ao gênio forte e à postura violenta com que o mesmo costumava agir contra seus opositores. Tal transformação da postura do Interventor e da representatividade da “Revolução”, em *Chibé*, acaba por gerar reações de desalento e conformismo por parte dos caboclos em relação à agora ambígua figura de Magalhães Barata, como podemos observar:

Os caboclos não tocam na revolução: o maquinista, em vista das violências do Interventor, anda meio decepcionado. Mais, ainda, porque nada pode fazer pelos colonos sem assistência na lavoura, vivendo do mesmo jeito, sem sair do fornecimento. Quando as esperanças dêles se acabaram, pensando que iam ganhar terra e

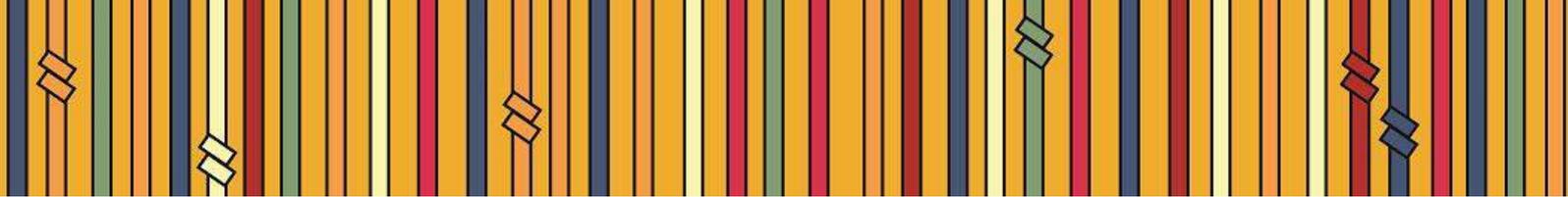


trabalhar sem domínio do patrão, pararam de provocar maiores dificuldades com as discussões no comércio. Não deixaram de apreciar, entretanto, as atitudes do Interventor: se êle não faz pelos colonos como esperavam, é porque não há mesmo jeito de melhorar vida de lavrador. Conformam-se com a sorte, sem nenhuma pretensão: fazer além do que o Interventor faz, já é querer muito; quando Deus quiser, melhora... basta a atenção que o govêrno dá a qualquer reclamação, o Interventor distribui bombons às crianças, às vêzes, até dinheiro ... quando passa na Estrada – fazer mais é impossível: forçar a natureza, contra a vontade de Deus, dá castigo na certa...(GUIMARÃES, 1964, p. 84-85).

É provável que o convívio constante do autor do *Chibé* com Paulo Maranhão, um dos principais opositores de Barata, tenha deixado suas marcas no então jovem escritor, contribuindo para sua forma de ver e retratar a interventoria, carregada de desencanto, sobretudo após passada a euforia da revolução. O romance de Holanda Guimarães foi publicado em 1964, cinco anos após a morte de Barata e há mais de 30 anos da revolução. Há que se considerar também que o distanciamento do autor tenha contribuído para uma visão menos otimista acerca da revolução, por perceber que mesmo após todos os embates e acontecimentos por ela desencadeados, as estruturas sociais excludentes e exploradoras do povo desafortunado se mantiveram inalteradas. É o que parece expressar Zé Nascimento, passados alguns anos da revolução, alquebrado pela idade e pela profissão, o qual se mostra abatido e desiludido com o presente:

Brevemente vai descansar de tanto vaivém. Nunca pensou no enfado do corpo, a riba e abaixo, pensando besteiras, revolução que sonhou para melhora do povo – a aposentadoria não tarda a chegar. Vai baixar o sendeiro num canto do mundo, esperar a velhice, logo a morte, talvez. A vida êle a estragou, metido em emboanças dos grandes, pegando cadeia, de que valeu, afinal? servindo de bêsta, grande pateta! Tudo demais aborrece; itinerário chateia, antigamente não: a coisa que mais lhe agradava, aquelas viagens. Se ao menos os rins não doessem, de tanto sentar, oprimidos na cadeira de ferro...
Mão grossa de tisna na alavanca da máquina – parafusa o juízo; o trem escorrega nas descidas da estrada: seu passado de revolucionário, e o que faria do corpo mulambo, na lida, quando se aposentasse.
(GUIMARÃES, 1964, p.18)

A profusão de imagens cambiantes com que Magalhães Barata é representado nos dois romances dão conta da importância histórica desse grande vulto político, bem como da grande difusão do “baratismo” e de sua forte influência no imaginário popular, sobretudo nas áreas interioranas do estado do Pará. A forma ambígua que às vezes



assume a figura do Interventor assinala as múltiplas versões, opiniões e discursos acerca desse líder político que fora tanto amado quanto odiado. Perceber as nuances por trás das escolhas de cada autor em manter, reproduzir ou subverter tais discursos em suas narrativas ficcionais revela as sutilezas dos pontos de vista de cada um.

Houve um homem chamado Magalhães Barata, talvez para sempre inacessível a nossos olhos prenhes de “agoras”. Há o mito Magalhães Barata, em suas múltiplas versões. Esse subsiste nos discursos histórico e lendário. Conhecer-lo através dos ecos desses discursos, e reconhecê-lo a partir da recriação de tais discursos em forma de literatura, permite captar sutis nuances de sua avultosa figura transpassadas pela subjetividade de cada autor. Nesses termos, a personagem Magalhães Barata se expande, e se deixa entrever pelas translúcidas cortinas da prosa ficcional.

Referências bibliográficas

D'ARAUJO, Antonio Luiz. *1937: o golpe que mudou o Brasil: o Estado novo*. Rio de Janeiro: Quartet, 2016.

FONTES, Edilza. *Cultura e política dos anos trinta no Brasil e as memórias do interventor do Pará, Magalhães Barata (1930 – 1935)*. Revista Estudos Políticos. Rio de Janeiro, nº 7, pp. 131 – 151, dezembro 2013. Disponível em: <<http://revistaestudospoliticos.com/wp-content/uploads/2014/04/7p131-151.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2017.

GUIMARÃES, Raimundo Holanda. *Chibé*. Belém: Imprensa Oficial, 1964.

MAUÉS, Paulo. *Sete ensaios sobre literatura: palavras de água, fogo, sangue, dor...* Belém: Editora Pacatatu, 2014.

MENEZES, Bruno de. *Candunga: Cenas das migrações nordestinas na zona bragantina*. Belém: [...],1954.

OLIVEIRA, Érito Vânio Bastos de. *Gente do Rádio: arquivo de lembranças na Amazônia paraense*. Anais do XXIII Encontro Regional de História da ANPUH-SP. Vol. 1, pp.1-8, Assis, SP, Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.encontro2016.sp.anpuh.org/resources/anais/48/1475257987_ARQUIVO_t12.pdf> Acesso em: 21 maio 2017.

WANZELER, Rodrigo de Souza. *Espaço, história e literatura no romance Candunga, de Bruno de Menezes*. Revista Literária El Hablador, v. 18, p. 18, 2010. Disponível em: <http://www.elhablador.com/dossier18_souza.html> Acesso em: 25 maio 2017.